

2

0

0

8

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	<u>2 0 0 8</u>	<u>2 0 0 7</u>
Circulante	11.330	10.054
Numerário Disponível	190	360
Aplicações Financeiras	976	1.006
Consumidores	7.805	7.218
Créditos a Receber	1.832	1.076
Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	249	193
Serviços em Curso	33	141
Estoques	705	496
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	- 835	- 751
Despesas Pagas Antecipadamente	375	315
Não Circulante	21.682	20.874
Realizável a Longo Prazo	661	574
Aplicações Financeiras	8	4
Depósitos Vinculados a Litígios	104	97
Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	354	281
Créditos Fiscais	171	171
Outros Créditos	24	21
Permanente	21.021	20.300
Investimentos	421	28
Imobilizado	20.600	20.272
TOTAL DO ATIVO	33.012	30.928

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	<u>2 0 0 8</u>	<u>2 0 0 7</u>
Circulante	9.364	7.287
Fornecedores	3.193	2.519
Folha de Pagamento	70	60
Tributos e Contribuições Sociais	1.849	1.704
Distribuição de Lucros	222	173
Empréstimos e Financiamentos	558	381
Taxas Regulamentares	1.543	1.405
Passivos Regulatórios	719	368
Obrigações Estimadas	459	399
Outras Contas a Pagar	223	278
Provisões Passivas	528	0
Não Circulante	23.648	23.641
Exigível a Longo Prazo	8.644	8.726
Empréstimos e Financiamentos	1.881	1.862
Tributos e Contribuições Sociais	6.121	6.431
Obrigações Conversíveis em Ações	79	72
Provisões Passivas	563	361
Patrimônio Líquido	15.004	14.915
Capital Realizado Atualizado	7.200	6.000
Reservas de Reavaliação	6.540	7.458
Reservas de Lucros	1.264	713
Lucros Acumulados	0	744
TOTAL DO PASSIVO	33.012	30.928

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

D E M O N S T R A Ç Ã O D O R E S U L T A D O

D O S E X E R C Í C I O S F I N D O S E M 3 1 D E D E Z E M B R O

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2 0 0 8	2 0 0 7
RECEITA OPERACIONAL	56.642	49.019
Fornecimento de Energia Elétrica	55.973	48.652
Outras Receitas	669	367
Deduções da Receita Operacional	-19.813	-18.030
ICMS	11.557	10.059
Cofins/Pasep/ISS	5.356	4.744
Encargos do Consumidor	2.900	3.227
Receita Operacional Líquida	36.829	30.989
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-26.978	-21.781
Custo com Energia Elétrica	19.917	15.236
Pessoal.....	4.253	3.884
Material.....	719	801
Serviço de Terceiro.....	808	677
Depreciação / Amortização.....	1.166	1.062
Outras Despesas.....	115	121
Lucro Operacional Bruto	9.851	9.208
DESPESAS OPERACIONAIS	- 4.729	- 4.561
Despesas com Vendas	1.512	1.521
Despesas Gerais e Administrativas	3.217	3.040
Resultado do Serviço	5.122	4.647
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	- 1.106	- 734
Renda de Aplicações Financeiras	105	208
Acréscimos Moratórios Ctas. Energia.....	1.036	587
Encargos Financeiros	- 1.236	- 1.073
Juros sobre o Capital Próprio	- 453	- 413
Outras.....	- 558	- 43
Resultado Operacional	4.016	3.913
Receita não Operacional	1.427	194
Despesa não Operacional	2.288	- 1.044
LUCRO ANTES CONTR.SOCIAL e IMPOSTO DE RENDA	3.155	3.063
Provisão para Contribuição Social.....	322	322
Provisão para Imposto de Renda.....	827	814
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERS.JUROS S/CP	2.006	1.927
Reversão Juros sobre o Capital Próprio	453	413
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	2.459	2.340
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)	1,61	1,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.08 e 31.12.07**

	Legislação Societária				
	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS EM 31.12.06 (R\$)	6.000	8.487	297	485	15.269
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	- 166	- 166
Reversão de Reservas	-	-	320	- 320	-
Realização de reservas	-	-1.029		731	- 298
Lucro do Exercício	-	-	-	2.340	2.340
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	96	- 96	-
Dividendos Propostos	-	-	-	- 1.817	- 1.817
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	- 413	- 413
SALDOS EM 31.12.07 (R\$)	6.000	7.458	713	744	14.915
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	- 201	- 201
Reversão de Reservas	-	-	- 429	429	-
Realização de reservas	-	- 918	-	630	- 288
Aumento Capital Social	1.200	-	- 284	- 916	-
Lucro do Exercício	-	-	-	2.459	2.459
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	100	- 100	-
Dividendos Propostos	-	-	-	- 1.428	- 1.428
Reserva de Lucros	-	-	1.164	- 1.164	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	- 453	- 453
SALDOS EM 31.12.08 (R\$)	7.200	6.540	1.264	000	15.004

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2 0 0 8	2 0 0 7
VALOR ADICIONADO:		
Receitas de Venda de Energia Elétrica	56.642	49.019
Provisão p/Crédito Liquidação Duvidosa	- 83	- 195
Resultado Não Operacionais	- 71	- 18
	56.488	48.806
(-) INSUMOS		
Custo da Energia Comprada	19.917	15.248
Materiais	870	971
Serviço de Terceiros	1.639	1.437
Encargos Setorial	2.900	3.228
Outros Encargos	862	892
	26.188	21.776
VALOR ADICIONADO BRUTO	30.300	27.030
Quotas de Depreciação	2.041	1.951
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	28.259	25.079
Receitas Financeiras	1.201	957
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	29.460	26.036
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
<i>Empregados e Administração:</i>		
Remuneração do Trabalho	3.624	3.221
Encargos Sociais (exceto Inss).....	383	318
Benefícios	1.116	934
Provisões	733	603
Indenizações Trabalhistas	17	120
Custos Imobilizados.....	- 145	- 112
	5.728	5.084
<i>Governos:</i>		
Icms	11.557	10.059
Pis/Cofins	5.348	4.736
Inss	1.218	1.052
Imposto Renda e Contribuição social	1.150	1.136
Outros	55	263
	19.328	17.246
<i>Financiadores:</i>		
Despesas Financeiras.....	1.854	1.278
Aluguéis	91	89
	1.945	1.367
<i>Acionistas:</i>		
Remuneração do Capital Próprio.....	453	413
Lucros Retidos	2.006	1.926
	2.459	2.339
VALOR DISTRIBUIDO	29.460	26.036

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2 0 0 8	2 0 0 7
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	2.459	2.340
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação	2.011	1.951
Baixas Ativo Permanente	219	293
Reserva de Reavaliação e Lucros	- 300	- 613
	1.930	1.631
Geração bruta de caixa	4.389	3.971
Variações nas contas do ativo circulante e realizável longo prazo		
Consumidores	587	- 977
Tributos e Contribuições Sociais	57	5
Estoque	209	9
Despesas Pagas Antecipadamente	60	100
Realizável a Longo Prazo	86	222
Devedores Diversos e Outros	564	138
	-1563	- 503
Variações nas contas do passivo circulante e exigível longo prazo		
Fornecedores	674	22
Tributos e Contribuições Sociais	- 165	18
Encargos de Dívidas	0	- 2
Passivos Regulatórios.....	351	99
Taxas Regulamentares	138	117
Demais Passivos	751	182
	1.749	436
Geração operacional de caixa	4.575	3.904
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	-3.156	- 2.914
Contribuição e doação do consumidor	174	208
Empréstimos e Financiamentos	435	456
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	-2.228	- 3.187
	4.775	5.437
Geração líquida de caixa	- 200	- 1.533
Saldo das disponibilidades		
No início do período	1.366	2.899
No fim do período	1.166	1.366
Aumento (redução) nas disponibilidades	- 200	- 1.533

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Valores expressos em milhares de Reais					
	2 0 0 8			2 0 0 7		
1 - BASE DE CÁLCULO	R\$			R\$		
Receita Líquida (RL)	36.829			30.989		
Lucro Operacional (RO)	4.016			3.912		
Folha Pagamento Bruta (FPB)	6.946			6.136		
2 INDICADORES SOCIAIS INTERNO	R\$	% RL	% FPB	R\$	% RL	% FPB
Alimentação	767	2,08	11,04	655	2,11	10,68
Encargos sociais Compulsórios	1.496	4,06	21,54	1.281	4,13	20,87
Segurança no Trabalho	90	0,24	1,29	111	0,36	1,82
Vestuário	5	0,01	0,07	7	0,02	0,12
Saúde	191	0,52	2,75	179	0,58	2,91
Educação	13	0,03	0,19	4	0,01	0,06
Capacitação e Desenv.Profissional	98	0,27	1,42	106	0,34	1,73
Vale Transporte	100	0,27	1,43	71	0,23	1,15
Outros	70	0,19	1,01	49	0,16	0,79
TOTAL	2.830	7,68	40,74	2.463	7,95	40,13
3 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$	% RL	% RO	R\$	% RL	% RO
Impostos e taxas	16.947	46,02	421,95	15.052	48,57	384,79
Contribuições para a Sociedade	483	1,31	12,02	632	2,04	16,16
TOTAL	17.430	47,33	433,97	15.684	50,61	400,95
4 INDICADORES AMBIENTAIS	R\$	% RL	% RO	R\$	% RL	% RO
Investimentos em Meio Ambiente	155	0,42	3,87	85	0,26	2,17
TOTAL	155	0,42	3,87	85	0,26	2,17
5 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2.008			2.007		
Empregados no Final do período	156			153		
Admissões no período	6			61		
Escolaridade dos empregados:						
Superior	37			37		
Segundo Grau	98			96		
Fundamental	20			19		
Analfabetos	1			1		
Faixa Etária dos empregados:						
Até 30 anos	43			42		
De 31 a 40 anos	41			43		
De 41 a 50 anos	49			46		
Acima de 50 anos	23			22		
Mulheres que trabalham na empresa	28			26		
% cargos chefia ocupados p/mulheres em relação nº total mulheres	0			0		
% cargos chefia ocupados p/mulheres em relação nº total gerencias	0			0		
Negros que trabalham na empresa	30			27		
Portadores de deficiência física	2			1		
Estagiários	12			17		
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre o maior e a menor remuneração	14,72			13,89		
Acidentes de trabalho	23			21		

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

NOTA 01 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) - Contexto Operacional:

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui 02 PCH com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda. Na área de distribuição a empresa atende sete municípios com 31.431 consumidores na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

b) - Apresentação:

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

Foram observadas as alterações introduzidas pela Lei 11.638 de 28/12/07 e Medida Provisória 449 de 03/12/08 que alteraram a Lei 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular 2775/08 SFF/ANEEL.

c) - Concessão:

Em 18/10/2000 a ELETROCAR assinou o contrato de Concessão de Distribuição de nº. 084/2000 com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para a distribuição de energia elétrica até 07/07/2015, podendo ser prorrogados por mais 20 anos.

Em 27/12/2000 foi assinado o contrato de Concessão de Geração de nº. 108/2000 com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para a geração de energia elétrica destinada ao Serviço Público até 17/01/2023, podendo ser prorrogado por mais 20 anos.

d) - Principais práticas contábeis:

- A partir de 1º de janeiro de 1996 a Lei 9.249 de 29/12/95 extinguiu a correção monetária de balanço para fins fiscais e societários.
- Os Estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. Os materiais destinados a investimentos, estão classificados no Imobilizado em curso.
- A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

- O fornecimento de energia elétrica não faturado até 31-12-07/06 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

- As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

- Foi constituída provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais e estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

- O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Dnaee 815/94 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 002/97 e 0474/99 da ANEEL.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

- Foi constituída a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

- Custos indiretos de obras em andamento - mensalmente parte dos gastos com Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros.

- As despesas pagas antecipadamente são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas e incluem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A-CVA e respectivos encargos. São apropriadas ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores segundo rege a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.

- As Contingências Passivas estão provisionadas com base na estimativa dos órgãos de Administração e assessores jurídicos em montantes considerados suficiente para cobrir as possíveis perdas.

- As obrigações especiais vinculadas à concessão são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

- Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legalmente ou contratualmente exigidos.

- As Aplicações de Liquidez Imediata estão demonstradas ao custo da aplicação acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

- A conta Consumidores, refere-se as contas a receber faturadas e do fornecimento de energia não faturado.

- As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- As aplicações financeiras estão registradas pelo custo, acrescidas das respectivas remunerações contratadas até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

- A Reserva de Reavaliação é revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

NOTA 02 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Banco	Tipo Aplicação	Vencimento	Remuner	2008	2007
• Banrisul	Fundo Invest	indeterminado	CDB	8	4
• Banrisul	Fundo Invest	Indeterminado	CDB DI	976	1.006
Total				984	1.010

NOTA 03 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2008	2007
ORIGENS DOS RECURSOS:		
Das Operações:		
Lucro do Exercício	2.459	2.340
Depreciação	1.251	1.120
Depreciação S/Reavaliação	790	831
Variações Monetárias L/Prazo	960	980
Ativo Regulatório	0	83
Provisões Passivas	202	104
Baixas Ativo Imobilizado	219	293
	5.881	5.751
De Terceiros:		
Novos Financiamentos a L/Prazo	435	1.219
Contribuição do Consumidor	174	176
Subvenções	0	32
	609	1.427
TOTAL DAS ORIGENS.	6.490	7.178
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:		
Aquisições do Imobilizado	3.156	2.914
Aumento do Realizável a L/Prazo	86	- 139
Imposto Renda/Contr.Social s/Res. Reavaliação	288	326
Transf. Exigível L/Prazo p/Circulante	1.678	1.623
Distribuição de Dividendos	2.082	2.396
TOTAL DAS APLICAÇÕES	7.290	7.120
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	- 800	58
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	10.054	10.862
No Fim do Exercício	11.330	10.054
	1.276	- 808
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	7.288	8.154
No Fim do Exercício	9.364	7.288
	2.076	- 866
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	- 800	58

NOTA 04 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Tributos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2008	2007	2008	2007
• Icms - compras ativo Imobilizado	169	189	354	281
• Outras retenções	32	3	0	0
• Pis/Pasep	48	0	171	171
Total	249	192	525	452

- O icms compras do Ativo Imobilizado refere-se ao crédito de icms sobre compras para o ativo imobilizado conforme Lei Complementar 102/00, sendo sua recuperação à razão de 1/48 avos mês.

- No exercício de 2004 foi reconhecido o valor decorrente de ação ajuizada contra a União, referente a inconstitucionalidade dos decretos 2445 e 2449/88, que alteraram a sistemática do recolhimento da contribuição para o Pis/Pasep. A Empresa vinha fazendo as compensações, porém em 2006, através de recurso extraordinário a Receita Federal suspendeu o reconhecimento do crédito, o qual encontra-se sob judge.

NOTA 05 - CONSUMIDORES - CONTAS A RECEBER

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Venc. até 90 dias	Venc. +90 dias	2008	2007
Residencial	1.175	777	140	2.092	1.748
Industrial	998	785	332	2.115	2.231
Comercio e Serviços	1.057	298	207	1.562	1.293
Rural	292	79	15	386	282
Poder Público	70	7		77	62
Iluminação Pública	132	4		136	110
Serviço Público	107			107	95
Serviço Taxado e Outros	36	89	55	180	127
(-) Arrecadação Proc.Clás	- 217			- 217	- 16
Enc. Cap. Emergencial			9	9	9
Não Faturado	1.275			1.275	1.186
Participação Financeira	58	1	24	83	91
Subtotal	4.983	2.040	782	7.805	7.218
(-) Crédito Liq. Duvidosa	-	-	- 581	- 581	- 523

- A conta Outros representa os créditos a receber de consumidores em atraso, de atualização da variação do IGPM, juros de 1% a.m. pro-rate da data do vencimento até a data do pagamento e multa de 2%, exceto consumidores da classe, poder público e iluminação pública.
- O Encargo de Capacidade Emergencial foi instituído pelo governo para cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência das usinas emergenciais. Foi cobrado de março de 2002 até 22 de dezembro de 2005, quando teve sua cobrança suspensa conforme Resolução Normativa da Aneel.
- Não Faturado é a receita correspondente ao período não lido conforme o faturamento pelo calendário de leituras dentro do mês. É estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.
- Foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os consumidores em atraso, conforme prevê a Instrução Geral 6.2.3 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

NOTA 06 - CRÉDITOS A RECEBER

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2008	2007
Parcelamento Contas de Energia	1.203	688
Convênios de Arrecadação	125	125
Cheques em Cobrança	27	25
Rendas a Receber	15	7
Subvenção Residencial Baixa Renda	170	135
Reserva Global de Reversão - RGR	5	22
Serviços a Receber	36	34
Outros	251	46
Total	1.832	1.076
(-) Crédito Liquidação Duvidosa	- 254	- 228

a) - Parcelamento de Contas de Energia Elétrica

Refere-se a débitos de energia elétrica em atraso que foram parceladas. São baixados da conta Consumidores, e ativadas nesta conta, através de termo de Confissão de Dívida, englobando o principal, juros e atualizações monetárias. Os prazos e indexadores são variáveis, e sobre os valores considerados irrecuperáveis foi constituída provisão para perdas.

b) - Convênios de Arrecadação

Refere-se a valores de convênios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, e ainda não repassados para empresa.

c) - Subvenção Baixa Renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 estabeleceu novos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, regulamentada pelas resoluções ANEEL 246 e 485 de 30/04/02 e 29/08/02 respectivamente. Estes novos critérios ocasionaram uma redução no faturamento mensal que são cobertos por subvenção econômica do governo federal conforme Lei 10.604 de 17/12/02.

d) - Reserva Global de Reversão

A cota anual fixada pela Aneel é realizada com base no imobilizado projetado para o ano, ao final do ano é calculada com base no imobilizado real. A diferença paga a maior ou a menor é contabilizada como crédito a receber ou a pagar. A devolução desses valores é feita através de compensação, após a análise da Prestação Anual de Contas.

e) - Serviços a Receber

Débitos da prestação de serviços, indenizações de postes danificados no trânsito e comissão sobre a arrecadação da Contribuição para Iluminação Pública.

f) - Cheques em Cobrança

Refere-se a cheques recebidos na tesouraria para pagamento de contas de energia elétrica.

NOTA 07 - ESTOQUES

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição. Os classificados no ativo circulante são para manutenção e recuperação do sistema elétrico e os classificados no ativo permanente são para investimento em obras novas.

Composição do Estoque	2008	2007
<i>Estoque - Ativo Circulante</i>	705	496
<i>Estoque - Imobilizado em Curso</i>	976	446
<i>(-) Provisão para Perdas</i>	- 57	- 22
Total	1.624	920

NOTA 08 - PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2008	2007
<i>Residencial</i>	152	132
<i>Industrial</i>	159	263
<i>Comercial</i>	264	125
<i>Rural</i>	6	3
Total	581	523
<i>Outros Créditos</i>	254	228
TOTAL	835	751

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSOS

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Composição	2008	2007
<i>Pesquisa e Desenvolvimento</i>	-	-
<i>Eficiência Energética</i>	33	141
Total	33	141

NOTA 10 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A Companhia registrou como Despesas Antecipadas os incrementos incorridos relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional.

Composição da conta	2008	2007
<i>Prêmios de Seguros</i>	30	21
<i>Ativo Regulatório C/P</i>	338	291
<i>Outros</i>	7	3
Total	375	315

a) – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

A partir de 26 de outubro de 2001 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou o registro, em conta de despesas pagas antecipadamente, dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela A) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário correspondente.

A conta de compensação de variação de valores de itens da parcela A, registra as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, tais como:

- Quota da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC
- Quota de Reserva Global de Reversão – RGR
- Quota da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica

As variações de custos ocorridas até 29/06/2008 foram reconhecidas no reajuste tarifário de junho de 2007. Os valores correspondentes aos custos de julho/08 a junho/09 serão considerados no próximo reajuste.

Ativo Regulatório	2008	2007
• CVA 2005/2007	12	75
• CVA 2006/2008	89	109
• CVA 2007/2009	237	-
• CVA Pis/Cofins	-	107
Total	338	291

- A CVA Pis/Cofins corresponde ao aumento da carga tributária em função dos efeitos produzidos pela Lei 10.865 de 30 de abril de 2004 que não estavam contempladas pela tarifa praticada. Os saldos apurados nas CVA's estão acrescidos de remuneração financeira com base na taxa SELIC, conforme legislação.

NOTA 11 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS L/P

O valor aplicado refere-se a Título de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela Taxa de Remuneração Básica aplicada a Caderneta de Poupança e os depósitos pelo IGP-M. Início da vigência em 01/12/2006.

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Referem-se a depósitos para garantia da obrigação principal em que a empresa está discutindo judicialmente o mérito.

	2008	2007
• Ações Cíveis	-	-
• Ações Trabalhistas	104	97
Total	104	97

NOTA 13 - OUTROS CRÉDITOS LONGO PRAZO

	2008	2007
• Empréstimo Compulsório s/Combustíveis	24	21
• Créditos a Receber	868	-
• Provisão p/Cred.Liquidação Duvidosa	- 868	-
Total	24	21

NOTA 14 - ATIVO IMOBILIZADO
a) - Pela atividade das contas

Atividade	Taxa média de Depreciação	31.12.08		31.12.07	
		Custo Histórico	Reavaliação	Custo Histórico	Reavaliação
Imobilizado em Serviço:					
Geração		1.103	9.120	886	9.120
Distribuição		24.878	13.265	23.463	13.861
Comercialização		284	-	192	-
Administração		2.020	-	665	255
		28.285	22.385	25.206	23.236
(-) Depreciação:					
Geração	2,5%	655	6.042	649	5.837
Distribuição	4,6%	10.663	9.972	9.827	9.857
Comercialização	4,6%	112	-	88	-
Administração	6,5%	236	-	275	84
		11.666	16.014	10.839	15.778
Total do Imob. Serviço		16.619	6.371	14.367	7.458
Imobilizações em Curso					
Geração		1	-	463	-
Distribuição		1.222	-	534	-
Administração		2	-	890	-
		1.225	-	1.887	-
Imobilizado		17.844	6.371	16.254	7.458
(-) Obrigações especiais		- 3.614	-	- 3.440	-
Imobilizado Líquido		14.230	6.371	12.814	7.458

b) - Pela natureza das contas

Imobilizado	Em milhares de Reais				
	CUSTO AQUIS.	DEPRECIACAO	REAVALIACAO	DEPRECIACAO	T O T A L
Intangíveis	164	-	-	-	164
Terrenos	26	-	745	-	771
Reserv. e Barragens	247	114	5.255	4.086	1.302
Edific. Obras Civas	2.198	303	523	398	2.020
Maq. E Equipamentos	24.264	10.534	15.862	11.530	18.062
Veiculos	1+195	628	-	-	567
Móveis e Utensílios	191	87	-	-	104
Em Curso	1.225	-	-	-	1.225
(-) Obrig. Especiais	- 3.614	-	-	-	- 3.614
Total	25.896	11.666	22.385	16.014	20.601

c) - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSPEE.

Obrigações Especiais	2008	2007
Contribuição do Consumidor	2.555	2.381
Universalização Serv. Publ. E. Elétrica	108	108
Subvenções para Investimentos	75	75
Incentivos Fiscais	876	876
Total	3.614	3.440

- **Contribuição do Consumidor:** Contribuição do consumidor em empreendimentos de pedidos de fornecimento de energia elétrica conforme normas definidas pela Aneel.
- **Universalização:** refere-se aos valores recebidos do Governo Federal para serem aplicados em pedidos de fornecimento de energia elétrica à população rural de baixa, através do programa "Luz para Todos".
- **Subvenções para Investimentos:** Valores recebidos do programa "Procel" para atender a melhoria e eficiência energética em Iluminação Pública.
- **Incentivos Fiscais:** Refere-se a valores oriundos de incentivos fiscais recebidos do Governo Estadual, através do programa "Fundopen" para construção de uma Subestação de 69 KVa no Distrito Industrial de Carazinho, em 1996.

d) - Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções ANEEL 002/97, 044/99 e 240/06 conforme a Unidade de Cadastro, tendo os principais itens as seguintes taxas:

- Equipamento Geral	10%	- Reservat. e Barragens	2%
- Veículos	20%	- Transformador Distribuição	5%
- Turbina Hidráulica	2,5%	- Transformador de Força	2,5%
- Gerador	3,3%	- Regulador de Tensão	4,8%
- Medidores	4%	- Edificações	4%
- Postes	5%	- Condutor	5%

e) - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

NOTA 15 - PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	2008	2007
Suprimento de Energia Elétrica	2.466	1.916
Materiais, Serviços e Outros	727	603
Total	3.193	2.519

Tributos e Contribuições Sociais	2008	2007
ICMS Faturamento	290	255
ICMS Parcelamento	1.130	1.002
INSS	107	100
Imposto de Renda/Contr. Social	19	52
FGTS	43	39
PASEP	45	44
COFINS	207	202
Outros	8	10
Total	1.849	1.704

- Icms Parcelamento - refere-se a débitos em atraso de icms sobre o faturamento de consumo normal energia elétrica. Através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005 foi concretizado a renegociação dos débitos em 02 de maio de 2005 no valor de R\$ 7.298.217,27 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.

Em 31/12/08 o valor a C/P é de R\$1.130 e a L/P é de R\$6.121, sendo que os pagamentos estão em dia, e já foram amortizadas 44 parcelas.

- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro - refere-se ao saldo a pagar até 31 de março de 2008 referentes ao lucro real de 2008/2007.

Obrigações Estimadas	2008	2007
Férias	251	219
Gratificação 1/3 de Férias	85	73
Encargos Sociais	123	107
Total	459	399

- Obrigações Estimadas - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

Taxas Regulamentares	2008	2007
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	34	10
Quota da Conta Consumo de Combustível - CCC	106	96
Taxa de Fiscalização - ANEEL	7	7
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106	107
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	44	44
Programa Eficiência Energética - PEE	722	455
Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	524	686
Total	1.543	1.405

- As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias do setor elétrico.

Passivos Regulatórios	2008	2007
CVA-CCC	42	274
CVA-Compra Energia	644	94
CVA - Proimta	33	0
Total	719	368

Outras contas a pagar	2008	2007
Seguradoras	15	25
Indenizações Trabalhistas	30	98
Juros Eletrobrás	-14	-14
Convênios arrecadação por conta terceiros	181	141
Outras	11	28
Total	223	278

- Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para a Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

NOTA 13 - PROVISÕES PASSIVAS

Refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas para o DEC/FEC referente aos anos de 2004, 2005 e 2006. A Empresa esta gestionando junto a Aneel administrativamente para a transformação em Termo de Ajustamento, para aplicação dos valores em obras dentro da concessão.

NOTA 16 - COMPROMISSOS A LONGO PRAZO
a) - Tributos e Contribuições Sociais:

Refere-se ao saldo à longo prazo de Icms parcelado através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005, concretizado em 02 de maio de 2005 no valor de R\$ 7.298.217,27 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS. Em 31/12/08 o valor a C/P é de R\$1.130 e a L/P é de R\$6.121, sendo que os pagamentos estão em dia, e já foram amortizadas 44 parcelas.

b) - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.08			31.12.07		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletobrás (1)	IGPM	120 m	28/08/98	30/01/08	-	-	-	8	-	8
Eletobrás (2)	5%a.a. + var.RGR	36 m	12/07/05	12/07/09	17	-	17	30	17	47
Eletobrás (3)	5%a.a. + var.RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	2	16	18	2	18	20
Eletobrás (4)	5%a.a. + var.RGR	60 m	27/09/05	27/09/11	161	203	364	119	342	461
Eletobrás (5)	5%a.a. + var.RGR	60 m	11/08/06	11/08/11	40	748	788	-	653	653
Eletobrás (6)	5%a.a. + var.RGR	120m	10/01/07	30/12/19	1	9	10	-	10	10
BNDES	6%a.a. + var.exc.TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	101	429	530	63	384	446
Inst. Financ.	2,9	24 m	25/08/05	25/11/07	236	92	328	159	54	213
CONSUMIDOR.	IGPM	//////	////////	////////	-	384	384	-	384	384
Total	//////	//////	////////	////////	558	1.881	2.439	381	1.861	2.242

- Os empréstimos junto a Eletobrás^{(1), (4) e (5)} foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.
- O empréstimo junto a Eletobrás⁽²⁾ foi obtido para investimentos do Programa de Eficiência Energética e Modernização dos Sistemas de Iluminação Pública - RELUZ, em 36 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 1,5% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.
- O empréstimo junto a Eletobrás^{(3),(6)} foi obtido para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural - LUZ PARA TODOS, em 120 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 2% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.
- O empréstimo junto ao BNDES foi obtido para financiamento da construção do prédio Administrativo da empresa para instalação da nova sede, 48 meses com carência de 15 meses e juros de 6,5% a.a.
- Os empréstimos junto às Instituições Financeiras foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos /equipamentos informática e capital de giro de curto prazo, em no máximo 36 meses.
- Os empréstimos junto a Consumidores referem-se a obras executadas na construção de infra-estruturas para o fornecimento de energia elétrica por consumidores rurais. Não tem prazo definido para a devolução e estão sendo negociados caso a caso.

As parcelas de longo prazo tem sua curva de amortização assim distribuída:

Ano do Vencimento	2008	2007
2008	-	575
2009	620	480
2010	511	426
2011	431	345
2012	239	22
2013	112	10
2014/16	526	384
Total	2.439	2.242

c) - Provisões Passivas:

Refere-se a provisões de débitos tributários, ações trabalhistas de ex-funcionários e cíveis em que a empresa está sendo citada. Estão garantidas por depósito judicial, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Contingências	2008		2007	
	Provisão	Dep. Judicial	Provisão	Dep. Judicial
<i>Trabalhistas</i>	223	104	192	97
<i>Cíveis</i>	340	-	169	-
Total	563	104	361	97

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) - Capital Social

O Capital Social é composto por ações sem valor nominal, assim distribuído em 31/12/08:

Acionistas	Espécie	Nº Ações		%
		2008	2007	
<i>Prefeitura Municipal de Carazinho</i>	ON	1.442.100	1.442.100	94,5680
<i>Roberto Neves Rodrigues</i>	ON	15.400	15.400	1,0099
<i>Prefeitura Municipal de Chapada</i>	ON	34.041	34.041	2,2323
<i>Prefeitura Municipal de Selbach</i>	ON	12.386	12.386	0,8122
<i>Prefeitura Municipal de Colorado</i>	ON	86	86	0,0056
<i>Diversos</i>	PN	20.922	20.922	1,3720
Total	//////	1.524.935	1.524.935	100,0000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/08 é de R\$9,83 e R\$9,78 em 31/12/07.

b) - Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social.

c) - Reserva de Lucros

Constituída com saldo de lucros acumulados. Do saldo, será encaminhada proposição a Assembléa Geral a utilização de R\$1.000.000 em aumento do capital social da Cia.

NOTA 18 - DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social da companhia, que prevê distribuição mínima de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2008	2007
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	2.459	2.340
<i>(-) Constituição de Reservas</i>	- 100	- 96
<i>(+) Realização de Reservas</i>	630	732
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	2.989	2.976

- O artigo 9º da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995 permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP dentro de cada exercício. Conforme facultado esses juros foram imputados aos dividendos distribuídos.

A Administração está propondo à Assembléa Geral a seguinte distribuição dos resultados aos acionistas:

Distribuição	2008	%	2007	%
<i>Dividendos Propostos do Exercício</i>	1.428	47,78	1.817	61,06%
<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	453	15,16	413	13,88%
Total Dividendos e Juros s/Cap.Próprio	1.881	62,94	2.230	74,94%

- O total de dividendos e juros propostos para distribuição representa R\$1,23 por ação em 2008 e 1,46 em 2007.

NOTA 19 - EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2008	2007
Lucro do Exercício	3.155	3.063
+ Despesas Indedutíveis	37	37
+ Provisões	320	299
+ Depreciação s/Reavaliações	918	1.029
+ Depreciação s/IPC/BTNF (*)	66	82
+ Reversão de Provisões	-	94
Base de Cálculo	4.430	4.522
Imposto de Renda	1.083	1.106
Contribuição Social (*)	405	414
(-) Deduções Incentivos Fiscais	- 50	- 59
Total Tributos a recolher	1.438	1.461

NOTA 20 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTO

Composição	2008	2007
Pessoal - Administração	489	422
Pessoal - Empregados	6.457	5.715
Material	870	971
Serviço de Terceiro	1.639	1.437
Energia Elétrica Comprada para Revenda	19.917	115.248
Depreciação	1.251	1.120
Impostos e Taxas	48	255
Taxa de Fiscalização	110	89
Outras Despesas	606	795
Provisões/Reversões	320	291
Total	31.707	26.349

NOTA 21 - RESULTADO POR ATIVIDADE

Apresentamos a Demonstração de Resultado segregada por atividade.

RESULTADO	2008			
	GERAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL	2.831	23.486	30.325	56.642
Fornecimento	2.813	23.022	30.138	55.973
Outras	18	464	187	669
(-) Deduções à Receita	262	11.523	8.028	19.813
Encargos do Consumidor	-	2.900	-	2.900
ICMS	-	6.705	4.852	11.557
Demais Impostos s/Receita	262	1.918	3.176	5.356
Receita Operacional Líquida	2.569	11.963	22.297	36.829
(-) DESPESA OPERACIONAL	618	8.968	22.121	31.707
Pessoal	291	5.485	1.170	6.946
Material	35	743	92	870
Serviço de Terceiro	215	921	503	1.639
Energia Elétrica Comprada	-	-	19.917	19.917
Depreciação	25	1.185	41	1.251
Despesas Gerais e Outras	52	634	398	1.084
Resultado do Serviço Público	1.951	2.995	176	5.122
Resultado Financeiro	- 66	-1.421	381	-1.106
Resultado Operacional	1.885	1.574	557	4.016
Resultado Não Operacional	66	- 927	-	- 861
RESULTADO ANTES IR/CONTR.SOC.	1.951	647	557	3.155
Imposto de Renda e Contr. Social	710	235	204	1.149
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.241	412	353	2.006

A Receita de geração foi calculada pelo preço médio da energia comprada x kw gerados. A receita de distribuição foi calculada pelo preço médio da tarifa TUSD x Kw faturados aos consumidores.

NOTA 22 – OUTRAS RECEITAS

Receitas	2008	2007
<i>Renda da prestação de serviços</i>	14	29
<i>Serviço Taxado</i>	119	126
<i>Aluguéis</i>	251	170
<i>Outras</i>	285	42
Total	669	367

NOTA 23 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA P/REVENDA

Supradora	Em MWh		Em R\$	
	2008	2007	2008	2007
<i>Rio Grande Energia</i>	149.616	146.389	21.227	16.638
<i>Proinfa</i>	-	-	208	184
<i>CVA–Energia Comprada</i>	-	-	465	- 23
<i>(-) Créditos Pis/Cofins</i>	-	-	-1.983	- 1.551
Compra Líquida	149.616	146.389	19.917	15.248

NOTA 24 – SUBSÍDIO BAIXA RENDA

O Governo Federal através da Lei 10.438 determinou a implantação da tarifa social para a população menos favorecida, o que ocasionou um significativo impacto na receita operacional da empresa. Com a finalidade de contribuir com a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica o Governo repassa para as empresas através de subvenção econômica as perdas decorridas com a implantação da tarifa social.

NOTA 25 – ENCARGO DE CAPACIDADE EMERGENCIAL

O Encargo de Capacidade Emergencial criado em 2002 (seguro apagão) é um encargo tarifário cobrado do consumidor para cobrir as despesas da aquisição de energia elétrica e da contratação de capacidade de geração em função das medidas tomadas contra falta de energia elétrica. Estes valores são cobrados pela empresa e repassado totalmente a CBEE – Companhia Brasileira de Energia Elétrica. A cobrança do encargo foi suspensa em 23/12/05 conforme Resolução Aneel 204/05.

NOTA 26 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Fornecimento Faturado:						
Residencial	23.962	23.648	43.494	43.030	19.271	16.752
Industrial	179	266	45.309	45.342	13.871	12.478
Comercial	3.255	3.197	32.631	31.800	13.553	11.666
Rural	3.692	3.658	17.025	15.948	3.719	2.994
Poder Público	302	293	3.046	2.935	1.314	1.112
Iluminação Pública	14	14	8.520	8.510	1.945	1.688
Serviço Público	18	19	4.251	4.176	1.268	1.106
Consumo Próprio	9	10	213	165	-	-
Receita Faturada E. Elétric	31.431	31.105	154.489	151.906	54.941	47.796
Não Faturado	-	-	-	-	89	115
Encargo Cap. Emergenc	-	-	-	-	-	-
Subsídio Baixa Renda	-	-	-	-	943	741
Outras Receitas	-	-	-	-	669	367
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	56.642	49.019

- As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

NOTA 27 - RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas	2008	2007
<i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	105	208
<i>Variações Monetárias Ativas</i>	37	158
<i>Acréscimos Moratórios Contas Energia</i>	662	571
<i>Juros de Títulos a Receber</i>	374	16
<i>Outras</i>	23	4
Total	1.201	957

NOTA 28 - DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas	2008	2007
<i>Encargos de Dívidas</i>	1.095	1.062
<i>Juros/Multas</i>	554	43
<i>Juros Sobre Capital Próprio</i>	453	413
<i>Variações Monetárias</i>	178	169
<i>Outras</i>	27	4
Total	2.307	1.691

NOTA 29 - DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	2008	2007
<i>Perdas Baixa Bens Ativo Imobilizado</i>	89	14
<i>Depreciação - reavaliação</i>	790	831
<i>Perdas Baixa Bens Ativo Imobilizado - Reavaliação</i>	414	199
<i>Provisão p/Perdas</i>	868	0
TOTAL	2.288	1.044

A depreciação sobre bens reavaliados e as perdas na baixa de bens reavaliados não compõem o custo do serviço público de energia elétrica.

NOTA 30 - SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades, num montante global de R\$13.277.000,00, exceto automóveis que estão cobertos pelo valor de mercado.

Bens Segurados	RS	INICIO	TERMINO
<i>Instalações e Equipamentos</i>		29/08/08	29/08/09
<i>Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões</i>	13.277.000,00	-	-
<i>- Danos Elétricos</i>	1.640.000,00	-	-
<i>- Vendaval/Fumaça</i>	1.635.000,00	-	-
<i>Automóveis</i>	Vir.mercado	2008	2009

NOTA 31 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/08-07 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.
A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/08-07.

NOTA 32- SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento das diversas áreas de atendimento de uma concessionária de distribuição de energia elétrica, dada a complexidade de gerenciamento das redes de distribuição, atendimento ao cliente e otimização de custos. Em 2003 foi implantado na empresa um software para o gerenciamento do sistema de distribuição e atendimento das reclamações dos consumidores.

NOTA 33 – ICMS SOBRE A TARIFA

O Icms aplicado na tarifa de energia elétrica, conforme legislação estadual tem suas alíquotas assim definidas pelo estado Rio Grande do Sul:

Icms/RS – Classes	% da alíquota		Alíquota efetiva	
	2008	2007	2008	2007
Residencial até 50 Kwh	12%	12%	7,53%	7,53%
Residencial + 50 kwh	25%	25%	33,33%	33,33%
Industrial	17%	17%	20,48%	20,48%
Comercial	25%	25%	33,33%	33,33%
Rural até 100 kwh	12%	12%	7,53%	7,53%
Rural acima 100 kwh	Diferido	Diferido	0,00%	0,00%
Iluminação Pública	20%	20%	25,00%	25,00%
Poder Público Federal/Municipal	25%	25%	33,33%	33,33%
Poder Público Estadual	Isento	Isento	0,00%	0,00%
Serviço Público	25%	25%	33,33%	33,33%

NOTA 34 – AUDITORIA

As demonstrações contábeis deixaram de ser auditadas desde setembro de 2001.

NOTA 35 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Apesar de constar em cláusula de dissídio coletivo, ainda não foi implantado o programa de participação do empregados nos resultados da empresa.

NOTA 36 – PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida e incentivo educacional.

NOTA 37- REAJUSTE TARIFÁRIO

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, através do qual são fixadas as tarifas de fornecimento de energia elétrica. A empresa tem sua data base de reajuste no dia 29 de junho.

A tarifa de energia elétrica é segregada por classe entre outros e portanto o reajuste é diferenciado para cada item. Na média os reajustes tarifários ficaram assim majorados:

Data	Reajuste
29/06/2003	35,26%
29/06/2004	10,23%
29/06/2005	12,53%
29/06/2006	9,19%
29/06/2007	13,79%
29/06/2008	14,18%

NOTA 38 – ALÍQUOTAS PIS/COFINS

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor. Em 2008 a alíquota média foi de 5,70% e 6,06% em 2007.

NOTA 39 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

NOTA 40 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa mantém algumas transações em forma de comodato, onde as despesas de manutenção são por conta do comodante.

Bem	2 0 0 8	2 0 0 7
- Terrenos	328	0
- Edificações	276	40
- (-) depreciação	- 187	- 14
- Máquinas e Equipamentos	16	0
- (-) depreciação	- 13	0
- Veículos	0	44
- (-) depreciação	0	- 43
TOTAL	420	26

NOTA 41 – UNIVERSALIZAÇÃO

O Governo Federal iniciou em 2004 o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos”, com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural nas localidades de menor índice de desenvolvimento humano e de baixa renda, gratuitamente. Por isso o objetivo é levar a energia elétrica a estas comunidades para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

A Eletrocar aderiu ao programa em 2004 cadastrando 39 consumidores sem energia elétrica e em 2006 cadastrou mais 32 consumidores enquadrados no programa, sendo todos atendidos.

Ano	Nº Consumidores Atendidos	RECURSOS (R\$)		
		Fundo Perdido	Financiados	Total
2005	39	75.320	22.600	97.920
2007	32	32.325	9.699	42.024
Total	71	107.645	32.299	139.944

NOTA 42 – QUESTÕES AMBIENTAIS

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as conseqüências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa está desenvolvendo ações de monitoramento da qualidade da água e programas de re-vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

NOTA 43 – COMPRA DE ENERGIA – SUPRIMENTO

Através da Nota Técnica nº 163/2007-SER/ANEEL, destaca detalhes do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, no que diz respeito ao suprimento de energia elétrica, fornecido pela RGE. Esta nota detalha a aplicação da Resolução 243/2006 retroativamente, o que resultará em um passivo financeiro no valor de R\$ 12.641 milhões, a ser resgatado em 3 parcelas anuais de R\$ 4.214 milhões a partir da Revisão Tarifária Periódica de 2009. A Eletrocar entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, solicitando a revogação dos efeitos da Nota Técnica tendo em vista ferir legislação específica. Se mantida a Nota Técnica 163/2007, os efeitos serão incluídos nos reajustes tarifários, acarretando um ônus elevado e indevido aos nossos clientes. Estes valores não estão registrados nestas demonstrações contábeis.

NOTA 44 – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A próxima Revisão Tarifária da empresa está prevista para 2009 com início em 2008. A Aneel editou as Resoluções Normativas 234/07 e 338/08 que definiram novas regras a serem aplicadas no segundo ciclo da revisão tarifária. Diferentemente da 1ª revisão as Obrigações Especiais terão tratamento diferenciado, os quais terão reflexos significativos pelo volume dos valores apropriados. A revisão do segundo ciclo da Eletrocar é em junho de 2009.

NOTA 45 – PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte. Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente à estes órgãos.

	2008			2007		
	Vlr. Provisionado (211)	Vlr. Aplicado (112)	Vlr. Líquido	Vlr. Provisionado (211)	Vlr. Aplicado (112)	Vlr. Líquido
FNDTC	106	-	106	119	-	119
MME	53	-	53	60	-	60
P&D	366	-	366	276	-	276
PEE	722	33	689	686	140	546
Total	1.247	33	1.214	1.141	140	1.001

NOTA 46 – INVESTIMENTOS – ESTUDOS DE PROJETOS

Em 2008 a empresa realizou a baixa dos valores registrados na conta Investimentos – Estudos de Projetos referentes ao inventário hidroelétrico do rio da varzea em função de sua perda de valor de mercado e desistência na construção de PCHs.

NOTA 48 – INVESTIMENTO REMUNERÁVEL

O Investimento Remunerável ou Base da Remuneração, é constituído do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) Líquido e Almoarifado de Operações, deduzido das Obrigações Especiais Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, bem como a Receita Requerida, sobre o qual é calculada a remuneração para efeitos de tarifa.

NOTA 49 – ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiro da Eletrocar no término do exercício 2008:

Receita Anual: A receita operacional foi de R\$56.642 sendo 15,55% superior a 2007 que foi de R\$49.019.

Despesas com Pessoal: As despesas com pessoal em 2008 foram de R\$6.946 e em 2006 foi de R\$6.137 tendo um aumento de 13,20%.

Despesas com Energia Elétrica: As despesas com energia elétrica foram de R\$19.917 em 2008 e R\$15.248 em 2007 tendo um aumento de 30,63%. A compra de Energia para revenda foi de R\$21.227 em 2008 e de R\$16.638 em 2007, tendo uma variação de 27,58%.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$11.557 em 2008 e de R\$10.059 em 2007, tendo uma variação de 14,90%.

Deduções a Receita exceto Icms: As deduções a receita foram de R\$8.256 em 2008 e R\$7.971 em 2007 tendo um acréscimo de 3,58%.

Demais Despesas Operacionais: As despesas Operacionais foram de R\$4.843 em 2007 e R\$4.959 em 2007 tendo uma variação de -2,40%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$1.201 em 2008 e R\$957 em 2007 tendo um aumento de 25,49%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$2.307 em 2008 e R\$1.691 em 2007, tendo um aumento de 36,40%.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$1.966 em 2008 e R\$2.767 em 2007, tendo uma redução 40,74%.

Lucro Líquido do Exercício: O Lucro Líquido do Exercício foi de R\$2.459 em 2008 e R\$2.340, tendo um aumento de 5,09%.

Indicadores Econômico-Financeiros

Coefficiente	Formula	Unid	2008	2007
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,12	0,19
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	1,21	1,38
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.} + \text{Realiz. L/P}}{\text{P.Circ.} + \text{Exig. L/P}}$	%	0,67	0,66
Endividamento total	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,55	0,52

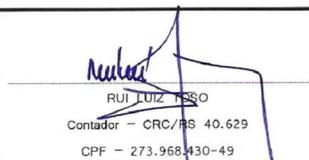
Retorno do Capital	Lucro Líquido Patrimônio Líquido	%	0,16	0,16
Razão Operacional	Despesa Operacional Receita Líquida	%	0,86	0,85
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente Ativo Total	%	0,75	0,77
Despesa Pessoal x Receita Líquida	Despesa Pessoal Receita Líquida	%	0,19	0,20
Energia Comprada x Receita Líquida	Compra Energia Receita Líquida	%	0,54	0,52
Prazo Médio de Cobrança	Devedores Receita Bruta	Dias	31,23	31,75
Prazo Médio de Pagamentos	Credores Compras	Dias	26,33	27,83
Capital de Giro	Ativo Circulante - Passivo Circulante	R\$	1.966	2.767
Lucro Líquido	-	R\$	2.459	2.340
Dividendos Creditados no ano	-	R\$	1.629	1.983
Juros s/Capital Próprio	-	R\$	453	413


 ALBANO ERINEU KEYSER FILHO
 Diretor Presidente
 CPF - 408.722.970-04


 MILTRAS CAETANO PASQUALOTTO
 Diretor Comercial
 CPF - 253.737.730-34


 RAFAEL SANT'ANNA DE MORAES
 Diretor Administrativo-Financeiro
 CPF - 650.072.120-91


 GIULIANO CECCONELLO
 Diretor Técnico
 CPF - 645.955.600-87


 RUI LUIZ TASSO
 Contador - CRC/RS 40.629
 CPF - 273.968.430-49

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativos ao ano de 2008, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 20 de abril de 2009


PAULO VITOR POHLMANN
CPF – 438.569.770-15


MILTON MUHLEN DOS SANTOS
CPF – 418.844.500-91


JOSÉ CARLOS CENCI
CPF – 326.688.800-04

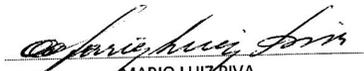

VELCI GOMES DE OLIVEIRA
CPF – 325.680.100-53


ONOFRE DERLY GONÇALVES DIAS
CPF – 145.560.570-00

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13o. dos Estatutos Sociais da Companhia e tendo como base o parecer do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 das Sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

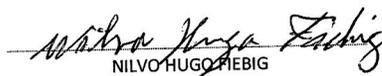
Carazinho/RS, 20 de abril de 2009


MARIO LUIZ PIVA
Presidente
CPF – 008.052.540-72


JORGE DIAS DE MEIRA
Vice-Presidente
CPF – 154.115.830-04


IVAN AUGUSTO CERIOLI
Conselheiro
CPF – 126.441.290-87


JOSÉ JAIRO SCHERER DOS SANTOS
Conselheiro
CPF – 638.513.260-91


NILVO HUGO MEBIG
Conselheiro
CPF – 040.725.610-53